

Introdução

Passadas quase duas décadas do século XXI, a agenda ambiental global experimenta nova abrangência marcada essencialmente pela transição do modo de viver, de produzir e de proteger a Natureza em todo o Planeta. No contexto do atual modelo de globalização (determinante para as relações entre sociedades) e da fronteira da inovação tecnológica, os desafios da proteção do capital natural emergem na centralidade do desenvolvimento global e nacional. O atual momento sugere uma **transição** da maneira que vivemos e da percepção das necessidades da Humanidade e da Natureza.

Os temas globais ambientais determinam parte do escopo dos desafios dessa transição, que é também da Natureza. As dinâmicas geopolíticas e políticas trazem os temas ambientais e de mudança do clima, além dos temas saúde e migrações, como parte da integridade humana no conjunto das ameaças à Humanidade no atual Século. Essa contextualização é impositiva de um novo valor político aos temas de proteção ao meio ambiente e faz emergir novos papéis para segmentos estratégicos como os de negócios, das finanças, da ciência e dos formuladores de políticas.

A dimensão que determina essa transição da maneira de viver e de produzir é ilustrada pelo uso global de recursos naturais que triplicou desde 1970, alcançando 92 bilhões de toneladas em 2017. A extração de recursos naturais e o seu processamento é a causa principal de mais de 90% da perda da biodiversidade global e do estresse hídrico, e por mais da metade dos impactos globais das mudanças climáticas. Se nada for feito, o uso de recursos naturais irá mais do que dobrar até 2060 atingindo 190 bilhões de toneladas (IRP/ONU, 2019). A convergência das agendas de desenvolvimento e de meio ambiente volta-se às novas plataformas de *resource efficiency* e dos chamados “3Ds”: *decoupling*, *decarbonization* e *detoxification*.

Essas plataformas deverão influenciar o diálogo e a cooperação internacional entre países desenvolvidos e economias emergentes, uma vez que os países de alta renda são os mais intensivos em produção e em consumo de recursos naturais. Essa mesma motivação determina a ação política em mudança do clima, conservação da biodiversidade e controle da poluição, em particular nas áreas urbanas.

O Brasil tem papel estratégico como expressivo detentor de recursos naturais e protagonista como proponente de inovadoras soluções para o seu desenvolvimento. Além disso, tem contribuição singular à consecução de objetivos globais como a segurança climática, alimentar, hídrica, energética e social. É essencial que essas novas agendas e tendências globais sejam abordadas pelos brasileiros na perspectiva dos desafios do nosso desenvolvimento e da nossa inserção internacional. Trata-se de postura única voltada à discussão de ideias e à construção/proposição de contribuições para um novo olhar político em torno do bem-estar, da qualidade de vida e de modos de desenvolvimento na sociedade brasileira.

Objetivos

O objetivo do Núcleo Meio Ambiente e Mudança do Clima é fomentar o debate no Brasil e no exterior abrangendo os contornos institucionais, políticos e técnicos da agenda ambiental considerando: (a) as agendas prioritárias de desenvolvimento do País; (b) o papel do Brasil nos temas globais de meio ambiente, em particular mudança do clima, sustentabilidade e eficiência de recursos (economia circular); (c) a formação de redes e de novas *constituencies* políticas para fomentar a integração do Brasil em arranjos de bilaterais, regionais e globais de cooperação (G20, BRICS, BASIC, China, Índia, UE, Noruega, EUA e Canadá).

Estrutura

A coordenação do Núcleo Meio Ambiente e Mudança do Clima é conduzida pelo CEBRI, por intermédio da *Senior Fellow* Izabella Teixeira, com supervisão do Conselho Curador, por meio de seu vice-presidente, José Luiz Alquéres. A *Senior Fellow* é responsável pela produção de conteúdo e pela idealização das atividades do Núcleo, capacitando e direcionando os esforços da equipe de projetos do CEBRI.

O Núcleo tem uma dinâmica própria de atividades, que se desdobra em quatro frentes de atuação:

- **Consolidação de parcerias:** formar e fortalecer parcerias com instituições da academia, da sociedade civil e do setor público na estruturação das atividades do Núcleo.
- **Consolidação das linhas de trabalho:** discutir e propor uma estratégia de captação de recursos (*fundraising*) e rede de parcerias com vistas à consolidação de linhas de trabalhos nas áreas de atuação.
- **Promoção de debates:** promoção de debates (mesas redondas, seminários etc.) objetivando a ampliação de rede de interlocutores/parcerias e o amadurecimento de temas com vistas à consolidação das linhas de ação.
- **Desenvolvimento de projetos e de produção de conhecimento:** desenvolvimento de estudos/projetos acerca de temas prioritários, elaboração de relatórios de consolidação dos debates respeitando as regras de não atribuição da *Chatham House*, e produção de *position papers*.

Metodologia

Com o intuito de atingir os objetivos de fomentação ao debate sobre a agenda ambiental, o Núcleo de Meio Ambiente e Mudança do Clima se utilizará da seguinte metodologia:

1. Pesquisa Preliminar

Realização de uma pesquisa preliminar para sistematizar leituras bibliográficas e discussões a fim de contribuir para a expansão de perspectivas sobre o tema que será abordado no projeto.

2. Mapeamento dos *key stakeholders*

Produção de um levantamento dos principais atores, governamentais e não governamentais, de acordo com suas atribuições e áreas de atuação, com o objetivo de determinar os interlocutores relevantes na temática e que devem ser envolvidos no projeto.

3. Produção de *Fact Sheet*

Confecção de um documento informativo, de uma a três páginas, que delinea os tópicos a serem debatidos durante a mesa redonda e oferece, através de dados, um panorama geral das questões que serão abordadas.

4. Mesa Redonda

Organização de uma mesa redonda no CEBRI, ou em outro espaço cedido por um de nossos parceiros, com a finalidade de promover um debate, convocando *stakeholders* relevantes, e gerar insumos para a construção de uma estratégia de atuação do Núcleo.

5. Estratégia de Atuação

A estratégia de atuação definirá os produtos que serão elaborados pelo Núcleo a partir da realização da Mesa Redonda. Abaixo estão as opções de possíveis produtos:

- a. Position Paper (diagnóstico + propostas) – até 50 páginas
- b. Policy Brief (diagnóstico + propostas) – até 15 páginas
- c. Estudo de caso (diagnóstico + propostas) – até 10 páginas
- d. Formação de uma rede de especialistas

6. Estratégia de disseminação para gestores públicos e *key stakeholders*

Delineamento de um plano de disseminação do produto que alcance os principais *stakeholders* e gestores públicos de modo a influenciar na formulação de políticas ambientais. Essa estratégia pode incluir um evento de lançamento do produto.

Núcleo Meio Ambiente 2019 - 2020

O Núcleo Meio Ambiente e Mudança do Clima deve apoiar-se em temas considerados chave para o desenvolvimento sustentável do Brasil e para a sua inserção internacional, tais como:

1) Amazônia: uso do território e políticas de desenvolvimento

1.1. A demanda por infraestrutura na Amazônia

- Infraestrutura de baixo carbono: demanda pelos setores produtivos
- Impactos ambientais e sociais de projetos de infraestrutura em áreas protegidas

Linhas de cooperação/parcerias:

- ✓ Ferrogrão (EDLP).
- ✓ The Nature Conservancy (TNC): Comitê T20/G20 – Infraestrutura de Baixo Carbono na Amazônia.

1.2. A floresta e seus usos econômicos (economia florestal)

- Implementação do Novo Código Florestal
- NDC Brasil: neutralização de emissões de carbono (*Carbon sink*)

Linhas de cooperação/parcerias:

- ✓ Cooperação Brasil – China.

1.3. Desmatamento ilegal e conservação da biodiversidade

Linhas de cooperação/parcerias encaminhadas:

- ✓ *Climate and Land Use Alliance (CLUA)*.
- ✓ Instituto Terra.
- ✓ *World Wildlife Fund (WWF)*.
- ✓ ONU Meio Ambiente.

2) Meio ambiente e setores econômicos no Brasil

2.1. Infraestrutura

- Licenciamento ambiental e Avaliação Ambiental Estratégica (AAE)
- Novos modelos, reformas e gargalos para sua implementação
- Modelos regulatórios de infraestrutura e o sistema de licenciamento e risco ambiental.

2.2. Agricultura tropical brasileira

- A agenda de uso da terra depois do novo código florestal
- Agricultura de baixo carbono e novas ambições do Brasil no Acordo de Paris

Linhas de cooperação/parcerias:

- ✓ Embrapa Solos.

2.3. Mineração

- Gestão de desastres ambientais
- *Compliance* para a agenda internacional de mineração sustentável
- Novo modelo regulatório da mineração o sistema de licenciamento e risco ambiental

Linhas de cooperação/parcerias:

- ✓ Fundação Renova.

2.4. Energia

- Transição energética
- O papel do Petróleo & Gás na transição para uma economia de baixo carbono¹
- Energias renováveis: a nova geopolítica
- Insumos para novas ambições da NDC do Brasil no setor energético

Linhas de cooperação/parcerias:

- ✓ *Intergovernmental Panel on Climate Change* (IPCC).
- ✓ *International Renewable Energy Agency* (IRENA).
- ✓ BID.

3. Meio Ambiente e a inserção internacional do Brasil

3.1. Mudança do clima

- Pós-Paris:
 - As futuras NDCs: como ampliar a ambição de redução de emissões?
 - ❖ O papel da implementação do novo código florestal
 - ❖ O Brasil como carbon sink
 - ❖ Transição energética
 - ❖ O papel das cidades
 - Novas oportunidades de investimento no processo de descarbonização: tendências globais e o espaço do Brasil
 - Instrumentos financeiros da *New Climate Economy*: *carbon pricing*, taxaço de carbono, mercado de carbono, precificação de externalidades

Linhas de cooperação/parcerias:

- ✓ *World Resources Institute* (WRI).
- ✓ FEBRABAN, Santander, Itaú.
- ✓ Banco Mundial, BID e BNDES.
- ✓ Conselho Empresarial Brasileiro para o Desenvolvimento Sustentável (CEBDS).
- *Beyond Paris* (Agenda 2022 e visão 2050):
 - Há espaço para um novo regime climático? Como seria a arquitetura de um novo sistema global de governança do clima?
 - Como lidar com o aumento de emissões das economias emergentes?

¹ Em parceria com o Núcleo Energia e Infraestrutura do CEBRI.

Linhas de cooperação/parcerias:

- ✓ Instituto Clima e Sociedade (ICS).
- ✓ *Climate Policy Initiative (CPI)*.
- ✓ Noruega, Alemanha, França e China.

▪ Segurança e Clima:

- Mudança do clima como ameaça à segurança nacional
- Integridade humana e vulnerabilidades ambientais
- Migrações e deslocamentos provocados pela mudança do clima ou degradação ambiental

Linhas de cooperação/parcerias:

- ✓ Rede Sul-americana para as Migrações Ambientais (RESAMA).
- ✓ ONU Meio Ambiente.
- ✓ Marrocos.

3.2. Biodiversidade

- Impactos da perda de biodiversidade
- A agenda de conservação da biodiversidade depois do novo código florestal: áreas públicas e privadas
- Biodiversidade e a abordagem de adaptação baseada em ecossistemas (mudança do clima)
- Oceanos: conservação, vulnerabilidade climática, oferta de alimentos e combate à poluição (plásticos)
- A implementação do Protocolo de Nagoya: a biotecnologia como agenda de desenvolvimento do Brasil.

Linhas de cooperação/parcerias:

- ✓ Fundação Brasileira para o Desenvolvimento Sustentável (FBDS).
- ✓ *International Institute for Sustainability (IIS)*.
- ✓ *Climate and Land Use Alliance (CLUA)*.
- ✓ *The Nature Conservancy (TNC)*.
- ✓ BNDES.
- ✓ CNI/FIESP.

3.3. Economia circular e *resource efficiency*

- A economia circular e os novos modelos de negócios
- *Resource efficiency*, cidades sustentáveis e novas dinâmicas de produção e consumo
- A aliança global de químicos

Linhas de cooperação/parcerias:

- ✓ Michelin.
- ✓ C40.
- ✓ Chile, Suécia, Finlândia, Japão, China, Canadá, Noruega e Alemanha.

3.4. Os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODSs) e a Agenda 2030

- A inserção no Brasil na Agenda: oportunidades e desafios

Linhas de cooperação/parcerias:

- ✓ Fundação Konrad Adenauer (KAS).
- ✓ Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD).
- ✓ União Europeia e China.